

ANALFABETISMO POLÍTICO BRASILEIRO

Isabela Morais de Paula Almeida¹

Rosali Krejci²

Resumo

O presente trabalho visa abordar o interesse e o conhecimento da população brasileira sobre seu sistema político e eleitoral. Abordamos os interesses dos políticos ao se candidatarem a cargo público. Pois no Brasil, as regalias, mordomias e benefícios que os políticos possuem fazem com que muitos procurem a política apenas para atender aos interesses próprios e, como consequência disto, ocorre a falta de efetivação do princípio do interesse público. No momento atual, o Brasil vive uma fase de corrupção exacerbada que contribuiu para uma crise financeira e a perda da credibilidade da política, afetando de modo negativo todos os seus cidadãos. Destaca-se que, para uma melhoria, a população deve mudar sua postura perante o interesse político, se envolver no meio, conhecer seus direitos e cobrar de seus representantes, assim como ocorre na Suécia, um país que ganha destaque por sua democracia ser efetiva e benéfica a todos, sem nenhuma restrição.

Palavras chaves: Desinteresse político. Corrupção. Política. Brasil. Educação política. Gastos públicos. Suécia.

BRAZILIAN POLITICAL ANALPHABETISM

Abstract

This paper aims to address the interest and knowledge of the Brazilian population about their political and electoral system. The work addresses the interests of politicians when applying for public office, because in Brazil, the perks and benefits that politicians have to make many seek the policy only to serve their interests and, as a result, there is a lack of effectiveness principle of public interest. At present, Brazil is going through a phase of exacerbated corruption that contributed to a financial crisis and the loss of the credibility of the policy, negatively affecting all its citizens. It is noteworthy that, for an improvement, the population must change its stance in the face of political interest, get involved in the environment, know its rights and demand from its representatives, just as it happens in Sweden. This country stands out for its

¹Graduada em Direito pelo UGB/FERP

²Mestra em Políticas Públicas e Formação Humana pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro

democracy to be active and beneficial to everyone, without any restrictions.

Keywords: Political disinterest. Corruption. Politics. Brazil. Political education. Public spending. Sweden.

Introdução

A política do Estado Brasileiro perdeu sua credibilidade por conta de escândalos que aparecem frequentemente na mídia tanto nacional quanto internacional, a população não se conforma com o atual cenário do Brasil, mas ao mesmo tempo se mantém inerte a muitos feitos de políticos que parecem passar despercebidos. As regalias e vantagens percebidas por políticos brasileiros são inúmeros e acabam gerando gastos exorbitantes aos cofres públicos, além de prejudicar o país economicamente.

Diante disso, o presente trabalho busca analisar o grau de conhecimento da população nas áreas política, eleitoral e constitucional, analisando as consequências da falta de informação e conhecimento pelos brasileiros nessas áreas, observando o momento atual pelo qual o país se encontra. O artigo tratará de temas importantes, tais como: democracia, voto, conhecimento sobre direito eleitoral de político e eleitor, campanha, consequências do analfabetismo político, eliminação do analfabeto político, além de uma análise sobre o Brasil e a Suécia.

Nos dois primeiros tópicos busca-se apresentar o conceito e a importância de cada tema para uma sociedade, em seguida serão abordados os conhecimentos dos políticos e dos eleitores. No tópico que trata da campanha eleitoral, será analisada a forma, eficácia e gasto que são gerados em cada ano de eleição. No tópico das consequências do analfabetismo político serão analisadas as consequências da falta de educação política e eleitoral, assim como a falta de atuação do princípio do interesse coletivo no Brasil. Em tópicos posteriores, analisaremos o modo de eliminar o analfabetismo, e em última instância, será realizada uma comparação dos sistemas políticos brasileiro e sueco.

Por fim, tem-se o fechamento do trabalho com a conclusão exposta diante de análise e pesquisas.

Democracia

É notório que a democracia carrega consigo valores de toda uma sociedade, devendo deste modo ser observada, preservada e resguardada pela população, principalmente por quem detém o poder governamental. Em seu significado, democracia é o poder que emana do povo.

O Brasil é um país democrático de direito, a democracia está presente em sua constituição de 1988, mas os brasileiros desconhecem seu real conceito. Em uma pesquisa realizada para o presente artigo, foram entrevistadas 24 pessoas, porém somente 6 souberam responder o que significa democracia. O nível de escolaridade dos entrevistados varia de ensino fundamental à graduação em direito. Observa-se que o nível de escolaridade não foi determinante para as respostas.

A democracia deveria ser conhecida e exercida por toda população brasileira, afinal, ela é um instrumento de efetivação dos direitos fundamentais. A Constituição Federal de 1988 prevê em seu art. 1º, parágrafo único o seguinte: “Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição”.

Os representantes escolhidos pelo povo devem governar em prol do mesmo. O exercício do poder pelo povo no Brasil pode ser exercido de duas formas: direta e indireta, como demonstra o artigo. A forma indireta é realizada pelos representantes da população, eleitos pelo voto direto e secreto e como exemplo de forma direta, tem-se o referendo, plebiscito e a iniciativa popular.

São esses mecanismos que os cidadãos têm para exercerem diretamente o poder, efetivando, desta forma, a democracia direta. Na pesquisa realizada e já mencionada, apenas duas souberam responder o significado dos três institutos, a maioria sabia o que era a iniciativa popular. Sobre o referendo e o plebiscito, muitos não sabiam do que se tratava ou faziam algum tipo de confusão entre ambos.

Plebiscito e referendo são instrumentos de uma democracia direta, ambos previstos no art. 14 da Constituição Federal e regulamentados pela Lei nº 9.709, de 18 de novembro de 1998 que se diferem apenas em apenas um aspecto. O plebiscito é uma forma de consulta popular em que os brasileiros são consultados

antes de uma lei ser elaborada. Logo, o teor será definido pelo povo. Em 1993 ocorreu um plebiscito no Brasil. No qual os cidadãos brasileiros foram consultados sobre duas questões: O Brasil deveria adotar a monarquia ou a república? O país deve adotar o presidencialismo ou parlamentarismo?

O Referendo, por sua vez é realizado após o projeto de lei ter sido elaborado e aprovado no Congresso Nacional. Assim, o teor da matéria já foi definido pelos parlamentares. O que a população deve fazer é aprovar ou rejeitar a eficácia da lei. Um exemplo de referendo realizado no Brasil foi em 2005, que sujeitou o artigo 35 do Estatuto do Desarmamento à aprovação da população.

A iniciativa popular também está prevista no texto constitucional e foi regulamentada pela Lei nº 9.709/98. Trata-se de uma forma de participação direta na elaboração de uma lei partir de um grande abaixo-assinado que será apresentado e votado pelos parlamentares, como prevê a Constituição, no seu artigo 61, § 2º:

Art.61 § 2º A iniciativa popular pode ser exercida pela apresentação à Câmara dos Deputados de projeto de lei subscrito por, no mínimo, um por cento do eleitorado nacional, distribuído pelo menos por cinco Estados, com não menos de três décimos por cento dos eleitores de cada um deles.(BRASIL, 1998)

O exemplo mais famoso que temos no Brasil de lei de iniciativa popular é a chamada “Lei da Ficha Limpa”, fruto de um movimento de combate à corrupção eleitoral. Referendo, plebiscito e iniciativa popular são instrumentos que podem e devem ser usados pela população para garantir a efetivação da democracia e de direitos importantíssimos, que devem nortear a vida de cada cidadão. De acordo com Rommel Madeiro de Macedo Carneiro:

[...] na democracia participativa, o povo assume um papel de controle final de todo o processo político, possuindo a iniciativa e a sanção de cada lei e ato normativo de superior interesse público, pelo que se mostra clara a identificação entre a democracia participativa e a democracia direta. É o povo, assim, “instância suprema do processo político.” Neste cenário, o sistema representativo tem uma utilidade meramente auxiliar, instrumental e subsidiária, sujeitando-se à soberana decisão popular. [...]. (CARNEIRO, 2007, p.28)

É evidente que em um estado onde a democracia está presente, o governo é dirigido pela própria sociedade, o povo é a fonte titular de poder. Um dos princípios que rege essa sociedade é o princípio da soberania popular, que se fundamenta na vontade da população. Para ocorrer a efetivação, são necessários envolvimento e interesse de todos.

A importância do voto consciente

Renovar o meio político e produzir mudanças, se faz através do voto de cada cidadão, por isso é importante conhecer o candidato antes de votar. No Brasil, o voto é facultativo para as pessoas acima de 70 anos de idade e para adolescentes com idade entre 16 e 18 anos, conforme art. 14§ 1º, II, CF/88. Vale ressaltar que com 16 anos, na esfera penal, o adolescente não é considerado capaz de responder por seus próprios atos.

Na esfera civil é considerado relativamente incapaz para praticar certos atos da vida civil como, por exemplo, se casar. Somente na esfera eleitoral o adolescente tem capacidade plena, deve essa capacidade ser questionada porque o meio político é tão importante quanto as áreas civil e penal. Pois o voto tem um valor gigantesco, já que é através dele que os representantes são eleitos para que governem o país, criem leis e façam programas de políticas públicas que implicam diretamente na vida de cada cidadão e, por certo, na sociedade como um todo.

O voto não possui somente uma natureza política indo muito. É uma fração da soberania nacional que representa o cidadão em si. É através do voto que o povo elege seus representantes, é a forma de exercício direto da democracia. Por isso, ressalta-se a importância da população em se atentar para o voto como uma forma de buscar a melhoria do país. O voto é um direito que todo brasileiro possui mediante preenchimento de determinados requisitos legais.

A maior parte da população brasileira possui dificuldades em escolher seus representantes, não compreendendo bem o peso do voto, o valor da democracia, a função dos políticos e, em muitos casos, nem mesmo se lembra em quem votou na

última eleição. Esse analfabetismo compromete a democracia e facilita a política de atos autoritários que resultam em graves prejuízos sociais.

Uma pesquisa publicada pela revista Exame mostra que 79% dos eleitores não se recordam dos candidatos em que votaram na eleição de 2014. Isso demonstra um total desconhecimento por parte dos eleitores sobre a importância da legitimação de seu voto, pois as pessoas pensam no voto como uma obrigação ou moeda de troca.

O voto não é simplesmente uma obrigação que precisa ser cumprida. Ele vai muito além, pois o voto consciente é o início para a mudança de um governo e de toda uma política que não atende as necessidades da população. Quando a maior parte da população não tem conhecimento sobre o sistema eleitoral de seu país ou como a política pública é regida, além da importância de um voto consciente, essa população se torna uma marionete nas mãos de seus representantes, detentores do poder atribuído a eles. E essa mesma população acusa por não distinguir se o governo realizado por seus representantes é bom ou ruim. O desconhecimento da população sobre as questões mencionadas impede o juízo de valor: o analfabetismo político da população é fundamental para o arbítrio dos políticos.

O analfabetismo político tira forças de resistência de uma população, pois as pessoas sempre vão ser tolerantes com a forma de governo estabelecida e nesse contexto, o governo vai servir para atender as necessidades dos próprios governantes esquecendo-se da população, que é quem faz a máquina pública funcionar.

É necessário saber como votar, em quem votar: escolher o candidato, o partido, ter consciência e não se esquecer em quem votou para cobrar resultados dos candidatos eleitos. Também é necessário ter uma reflexão sobre o voto antes de votar, afinal se uma pessoa não sabe votar, logo não se preocupa com a política de seu país e esquece em quem votou. Como, então, poderá cobrar dos representantes eleitos se o próprio eleitor vai à urna votar e não se representa através de seu próprio voto?

A crise política se estende por um país, se alastrando pelo continente e pode correr até mesmo pelo globo. Mas o início e o fim devem surgir com a população de cada país. É através do sufrágio que se exerce o voto, mas essa palavra tão simples não está inserida no vocabulário dos brasileiros, por mais que eles o exercem de certa

forma. Sufrágio, em seu sentido etimológico, é a palavra derivada do latim *suffragium*, que significa processo de escolha por votação. Segundo Paulo Bonavides:

O poder que se reconhece a certo número de pessoas (o corpo de cidadãos) de participar direta ou indiretamente na soberania, isto é, na gerência da vida pública. Com a participação direta, o povo politicamente organizado decide, através do sufrágio, determinado assunto de governo; com a participação indireta, o povo elege representantes. (BONAVIDES, 2011, p.245)

O sufrágio consiste no direito público de votar e ser votado. O voto é a instrumentalização do sufrágio, sua concretização. A crise política evidenciada no Brasil expõe claramente que o brasileiro não sabe cobrar seus direitos, não conhece a sua política, seu direito eleitoral, a Constituição. Pior, não tem consciência de como votar e cobrar resultados. O que há no Brasil é uma discrepância entre político e eleitorado, leis e cidadãos. Há um governo que não emana do povo, apesar de ser um estado democrático. O que há é um governo usado por políticos para atender a interesses pessoais.

Aprender a votar eleva o eleitorado a outro patamar. A partir do momento em que o eleitorado passa a pesquisar sobre seu candidato, propostas e partidos políticos ele começa a atuar no meio político exercendo a democracia, conhecendo seus direitos e exigindo um governo bom e democrático, feito para o povo e não para algumas poucas castas. Como Letícia Bicalho demonstra em seu livro intitulado “O Sufrágio Universal”:

Os poderes e direitos políticos derivam sempre e infalivelmente do voto e dependem dele. Pelo voto podem ser restringidos; pelo voto ampliado. Não se toca em alguns destes pontos, que não se toque necessariamente no voto, pois os abrange a todos, como a fibra dessa membrana, que se chama soberania. (BICALHO, 2005 p. 66)

O trecho trazido do livro de Letícia deixa claro o poder do voto, e como através dele se exerce a soberania, que amplia ou restringe os direitos e poderes. Dessa forma, o eleitorado deve saber votar, já que o conhecimento alimenta o voto.

O conhecimento sobre o direito eleitoral do político do eleitor

No Brasil, poucas pessoas têm conhecimento sobre a matéria direito eleitoral e sobre a política que rege o país. Percebe-se o desinteresse por parte da população e dos políticos, como, por exemplo, no Estado do Rio de Janeiro, onde somente duas faculdades têm a disciplina de direito eleitoral em sua grade do curso de Direito. Uma delas é o Centro Universitário de Geraldo Di Biase.

Na época de eleições, é comum ver políticos em campanhas apresentando propostas equivocadas, que distorcem o cargo para o qual concorrem, fazendo promessas que não podem cumprir. Como exemplo, é muito comum ver candidatos que estão concorrendo para o cargo de vereador dizerem que vão asfaltar uma rua, construir uma creche ou um posto de saúde. Mas, na verdade, o vereador tem o dever de fiscalizar o prefeito e seus secretários, cobrar dele ações e sugerir projetos, mas o vereador nunca será responsável diretamente por uma obra, pois isso é função do Executivo e depende de previsão e disponibilidade orçamentária.

É recíproca essa falta de conhecimento entre população e políticos. Muitos políticos usam a ignorância popular ao seu favor. Visando interesses próprios, ao invés de pensarem coletivamente.

Em 2010, Tirica foi candidato a deputado federal e fez sua campanha com o slogan: *“Eu não sei o que faz um deputado federal, mas vote em mim, que vou lá e te conto depois”* com esse slogan foi o deputado federal mais votado no Brasil na eleição de 2010. Situações como essa são preocupantes, e não há nada de cômico em candidaturas assim.

Ocorre que cada vez mais pessoas, que estão assumindo a política, são menos capacitadas para legislar e dirigir a máquina estatal. Exercer qualquer cargo político requer conhecimentos mínimos de políticas públicas, administração, orçamento, processo legislativo, dentre outros. Dever-se-ia exigir esse mínimo dos candidatos à cargos públicos.

Os políticos têm plena consciência de que uma educação eleitoral é capaz de mudar e melhorar a política do país. Contudo, não há interesse em investir em educação, porque manipular um povo instruído, conhecedor de seus direitos e dos

deveres daqueles escolhidos para representá-lo, é uma tarefa difícil. Logo, a ignorância política é benéfica à própria classe política.

O Brasil vive uma crise política em que mais da metade dos políticos que ocupam cargo no Legislativo e Executivo estão envolvidos ou, pelo menos, sendo investigados por corrupção. Por exemplo, o Senador Aécio, o presidente Michael Temer, o presidente do Senado Eunício Oliveira e o da Câmara, Rodrigo Maia todos foram citados na Operação Lava Jato, além de outros 415 políticos que ainda ocupam cargo públicos.

Devido a tudo isso, não há interesse em educar o povo, pois um povo eleitoralmente consciente não é, possivelmente, tão pacífico diante desse cenário.

Das campanhas eleitorais

É somente durante a campanha que o eleitorado tem um contato direto com os candidatos. A fim de angariar votos, muitos vão para as ruas, fazem carreatas, caminhadas chegam mesmo a ir de porta em porta pedir votos. Prometem milhares de soluções e, muitas vezes, como já foi mencionado anteriormente, fazem promessas que não são condizentes com seu cargo. Ou que por outra razão, não são possíveis de serem cumpridas.

Durante a campanha eleitoral, nota-se que muitos candidatos não fazem a mínima ideia da ideologia de seu partido. Outros, nem mesmo têm projetos concretos. Muitos só sabem prometer, mas não sabem explicar como cumprirão as promessas se forem eleitos, quais recursos vão usar e menos ainda a finalidade do projeto em questão.

Enquanto ocorria os debates apresentados pelas redes televisivas abertas, os candidatos deveriam discorrer sobre seus projetos, sua experiência e realizações que atenderam as necessidades da população. Mas, na verdade, o que ocorre nos debates são provocações e insultos de um candidato para com o outro, comprometendo a qualidade desses debates. Pois, em vez de agregar conhecimento à população, os debates se tornam uma afronta direta e de baixo nível entre

candidatos.

Um bom exemplo é o do atual prefeito do Município do Rio de Janeiro, Marcelo Crivella e de seu antigo concorrente, Marcelo Freixo, que ocuparam os noticiários por conta das acusações e insultos trocados durante o debate. Em manchete publicada pelo site G1 notícias, lê-se a seguinte manchete: *“Duelo teve farpas e cobranças sobre apoios, opiniões e promessas. Candidatos foram da ironia às acusações diretas e ofensas pessoais.”* (G1, 2016)

Outro comportamento adotado pelo então candidato Crivella, que pode ser questionado, foi sua ausência em alguns programas de entrevista. Ausências cujas não foram devidamente justificadas pelo mesmo. Tal comportamento passa por ser prejudicial ao eleitorado, visto que o período da campanha eleitoral deve ser utilizado para apresentação das propostas. Não aproveitar esse momento pode ser considerado como descaso ao eleitorado.

No site do TER é colocado o limite gasto com as campanhas e com a contratação do pessoal. Fazendo a simulação para Prefeito do Rio de Janeiro de 2016. No primeiro turno, o limite para o gasto foi de R\$19.858.352,08 e no segundo turno, R\$5.957.505,62. O gasto com as campanhas políticas deveria ser menor. O dinheiro do contribuinte deveria ser usado com maior consciência, pois as campanhas políticas não atingem seus objetivos, já que deveriam ser educativas e usadas para que a população conhecesse bem os candidatos e suas propostas.

Consequências do analfabetismo político

Quando um povo não possui conhecimento político ele se torna um instrumento fácil a ser moldado por quem está no poder. Ter um povo analfabeto político traz grandes consequências para população, pois quem possui o poder governará para um pequeno grupo de pessoas. O princípio da supremacia do interesse público é esquecido e desprezado, os projetos e programas não alcançam a maioria que precisa das políticas públicas.

Uma população analfabeta é facilmente manipulada por qualquer meio de

informação. No Brasil, por exemplo, foi feita uma pesquisa pelo Ibope, em que 63% dos entrevistados afirmaram que utilizam a TV como primeira opção para se informar.

Diante desse resultado é evidente notar a importância que possuem as emissoras de televisão brasileiras. Elas podem agregar conhecimento, assim como podem manipular seus telespectadores. A terceira maior emissora de TV brasileira aberta é a rede Record, controlada por Edir Macedo, bispo da igreja Universal e fundador do partido PRB – Partido Republicano Brasileiro. Não há como não duvidar das informações transmitidas por esse canal em relação a questões políticas, pois quem possui um partido político possui interesses políticos.

A não legitimação do voto também está presente para o analfabeto político. Legitimar um voto é votar com consciência, usar o voto como um instrumento de mudança para o país, além de exercer a cidadania e efetivar a democracia.

O analfabeto político não possui forças para lutar contra a corrupção. Um dos maiores problemas a serem enfrentados por uma população politicamente analfabeta é a corrupção, pois ela atinge todos e interfere em toda população. A corrupção na política brasileira é frequentemente noticiada, com alcance mundial, expondo todos os cidadãos brasileiros. A corrupção no Brasil retira verbas de áreas essenciais como saúde, educação e segurança.

Pode-se notar a quantidade de pessoas que precisam de atendimentos hospitalares e muitas vezes, faltam médicos, remédios e aparelhos. Na educação, o descaso com os professores de escolas públicas é corriqueiro, com atrasos nos pagamentos e salários baixos, além de terem escolas sem estrutura adequada para os alunos. Na área de segurança, é necessário mais investimento, melhores condições de serviços para os policiais e melhor qualidade de serviço para a população. As deficiências apontadas guardam relação direta com o analfabetismo político, ou melhor, são consequências dele.

Eliminação do analfabetismo político

Eliminar o analfabetismo político da população requer mudanças, iniciativas e

cooperação. Tudo isso deve começar a partir da própria população, com projetos e propostas de leis que visam garantir a educação política. Por exemplo, a lei complementar nº 135, de 2010, Lei da Ficha Limpa. Nasceu da iniciativa popular com mais 1 milhão e 600 mil assinaturas e com o apoio de diversas entidades como o Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral (MCCE), Associação Brasileira de Magistrados, Procuradores e Promotores Eleitorais (Abramppe), a Central Única dos Trabalhadores (CUT), a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) entre muitas outras organizações.

Há alguns doutrinadores que dizem que a Lei 135/10 fere o princípio da presunção de inocência, mas a posição do STF foi contrária. Portanto a Lei da Ficha Limpa é uma grande conquista para os brasileiros. A norma incluiu várias formas de inelegibilidade e o aumento do prazo das inelegibilidades preservando desta forma a população. Como demonstra a jurisprudência do TSE:

AGRAVO REGIMENTAL. RECURSO ORDINÁRIO. ELEIÇÕES 2010. DEPUTADO ESTADUAL. CONDENAÇÃO POR IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA PROFERIDA POR ÓRGÃO COLEGIADO. ART. 1º, I, I, DA LC Nº 64/90, COM REDAÇÃO DA LC Nº 135/2010. CONSTITUCIONALIDADE. INELEGIBILIDADE NÃO CONSTITUI PENA. INOVAÇÃO DAS TESES RECURSAIS. NÃO PROVIMENTO. 1. O Tribunal Superior Eleitoral firmou o entendimento de que a Lei Complementar nº 135/2010 é constitucional e se aplica às eleições de 2010. Precedente. 2. A inelegibilidade não constitui pena, mas sim requisito a ser aferido pela Justiça Eleitoral no momento do pedido de registro de candidatura. Precedente. Como consequência de tal premissa, não se aplicam à inelegibilidade os princípios constitucionais atinentes à eficácia da lei penal no tempo, tampouco ocorre antecipação da sanção de suspensão dos direitos políticos, prevista para a condenação com trânsito em julgado pela prática de ato de improbidade administrativa. Precedente. 3. Agravo regimental não provido. (TSE - AgR-RO: 499541 MG, Relator: Min. ALDIR GUIMARÃES PASSARINHO JÚNIOR, Data de Julgamento: 26/10/2010, Data de Publicação: PSESS - Publicado em Sessão, Data 26/10/2010)

Outra forma de mudança, é o projeto realizado pelo advogado Felipe Costa R. Neves Constituição nas escolas. O projeto oferece aulas de direito eleitoral à alunos do ensino médio de escolas públicas, possui o objetivo de esclarecer as obrigações e

direitos do cidadão brasileiro, além de ensinar a importância do voto.

Em 2016 Felipe foi nomeado *Young Leader of America - YLA* traduzindo para o português Jovem líder da América, pelo Governo dos Estados Unidos. O YLAI é uma iniciativa do ex-presidente dos Estados Unidos, Barack Obama, onde reúne jovens líderes que se destacam por desenvolver projetos empreendedores e assim contribuir para o desenvolvimento econômico e social do continente.

Felipe recebeu o prêmio das mãos do Departamento de Estado do Governo dos Estados Unidos em Washington, DC. Além disso, como parte da premiação, Felipe trabalhou durante 4 semanas no Center for the Constitution at James Madison Montpelier, instituição de ensino situada em Charlottesville/VA. Esta organização é situada na antiga casa do 4º Presidente dos Estados Unidos da América, James Madison Jr., principal autor da Constituição Americana e da Bill of Rights.

Quando retornou para o Brasil Felipe decidiu expandir o projeto e atualmente conta com cerca de 20 colaboradores e voluntários que oferecem aulas presenciais para 20.000 alunos em 100 escolas de ensino médio. No ano de 2017 foi realizada a 1ª Olimpíada Constitucional de São Paulo com mais de 700 alunos inscritos. (NEVES, 2017)

Ao educar os jovens, fazer com que eles conheçam a constituição de seu país é imperativo, pois eles irão compreender melhor seus direitos e garantias, politizando-se.

Há um projeto de lei de nº403/2015 que tem como autor Fernando Torres do PSD/BA, que possui o objetivo de tornar obrigatória a inclusão no currículo oficial de Ensino fundamental e médio as disciplinas Direito Administrativo, Direito Constitucional e Direito do Consumidor, mas ainda não foi votado este projeto. Com o intuito de melhorar o cenário da política brasileira, foi criado um aplicativo com o nome de “Detector de Corrupção”. O aplicativo é gratuito e qualquer um pode baixá-lo e usá-lo. Seu objetivo é mostrar para as pessoas se o político ou candidato possui algum tipo de processo judicial. No próprio aplicativo existem fotos e nomes de candidatos ou representantes políticos. Embaixo de cada foto há informações mostrando se candidato responde por algum tipo de processo de corrupção. O aplicativo ainda fornece a escolha do próprio usuário poder tirar a foto do candidato e pesquisar sobre através de reconhecimento facial.

Diante de tantos acontecimentos negativos e da falta de interesse dos

governantes, a própria população começa a tentar mudar o rumo da situação política vivenciada na nação.

Brasil x Suécia: uma análise comparativa do sistema político

A política vivenciada pelos brasileiros é longe da realidade da Suécia. Em questão de política, os dois países se encontram separados por extremidades. Alguns suecos até mesmo acham surreal toda corrupção que mancha os solos brasileiros.

O Brasil possui um gasto de 1 bilhão por ano com seus parlamentares, além de muitas regalias e mordomias que um cargo político comporta. No ordenamento jurídico brasileiro, encontra-se a Lei de Transparência, lei complementar de número 131, de 2009.

Esta norma é, sem dúvida, um grande passo para que a população possa fiscalizar e cobrar o uso do dinheiro público. Mesmo existindo há 9 anos, a Lei da Transparência ainda não possui toda sua efetividade no território brasileiro, uma vez que seu cumprimento não é integral e muitos órgãos ainda não se adequaram à norma.

De outro modo, a Suécia possui a lei de transparência em seu ordenamento jurídico, que tem efetividade total, sendo considerada uma das maiores do mundo. No livro “um país sem excelência e mordomias”, Cláudia Wallin descreve o dia a dia de políticos suecos, e expõe opiniões dos cidadãos comuns sobre a política. É notável o envolvimento de todos, além da cobrança e fiscalização por parte dos jornalistas e sobretudo, da própria população.

Em seu livro, Cláudia relata que qualquer pessoa pode ter acesso às informações de gastos, e-mails e mídias específicas dos parlamentares, do primeiro ministro ao presidente do parlamento.

Quanto à aplicação dos recursos e despesa do governo, o acesso é quase ilimitado sendo, somente inacessível documentos que a lei proibir, por questões de sigilo. O acesso a toda essa informação é fornecido aos cidadãos de maneira gratuita. Não basta tão somente um deputado apresentar a nota fiscal, o mesmo deve

informações sobre o gasto, pois não pode ocorrer o desperdício do dinheiro do contribuinte com despesas em restaurantes caros ou passagens de avião. Os políticos suecos têm o dever de economizar, sob pena de serem banidos da política pela população.

Na Suécia, o político está inserido na sociedade, se confunde com os cidadãos comuns, sabe exatamente a necessidade da maioria porque vive como a maioria. Diferentemente do Brasil, onde os cidadãos comuns não conseguem falar com seus representantes e nem mesmo chegar perto, pois geralmente os governantes estão rodeados de seguranças, que garantem uma boa distância entre o representante e seus representados.

Casos de corrupção, mau uso do dinheiro e muitos outros escândalos levam os políticos a perderem seus cargos na Suécia, e outros até mesmo vão para a cadeia. Os suecos não são tolerantes com seus políticos, não aceitam um “talvez” ou passos fora da linha. Esse é um dos motivos que fazem com que a corrupção na Suécia seja quase inexistente, e os raros casos de corrupção que acontecem não se comparam com de outros países, como o Brasil.

A Suécia é destaque no mundo todo por causa de sua política, como demonstra o trecho do livro de Cláudia:

Nos relatórios anuais da Transparência Internacional, a Suécia nunca ocupou posição abaixo do sexto lugar desde que a organização começou a divulgar a lista das nações com os menores índices de percepção de corrupção, em 1996. No *Worldwide Governance Indicators* do Banco Mundial, o país aparece entre os primeiros no ranking das nações com os melhores indicadores referentes ao primado da lei e o controle da corrupção. (WALLIN, 2014, p.129)

De fato, o mais importante de um país é seu povo, sua postura, forma e vontade de mudar. A Suécia tem em sua história uma vasta mancha de corrupção que, com o passar dos anos, foi diminuindo a ponto de quase não aparecer, isso tudo só ocorreu porque o povo percebeu que seus políticos devem viver entre eles, os políticos trabalham para o povo. Não se pode alguém ser representado por outro que desconhece a sua realidade, sua história, luta e dificuldade. Assim um povo que é

representado por governantes que não conhecem as necessidades da população, não obtém nenhum êxito ou benefício com a forma de governo.

A primeira ação deve vir da população, pois o eleitorado tem o poder de votar, fiscalizar e cobrar. Assim como a lei de transparência funciona na Suécia com a ajuda de seus cidadãos, no Brasil deve ocorrer da mesma forma, o envolvimento e o interesse do povo brasileiro devem ser bem maiores, para que possa começar efetivamente a ocorrer mudanças na política e nos hábitos da população brasileira.

Considerações Finais

Diante de todo exposto, é notável que a crise política que cerca o brasileiro está presente na sua história há anos. E essa crise respinga suas consequências em todas as áreas da sociedade. Os governantes são espelhos da sociedade e, se a população se sente mal representada, ela deve reaver sua postura perante o meio político, começar a interagir, questionar e cobrar seus representantes, fazendo isso para atingir o bem coletivo como um todo, e não apenas atender aos interesses individuais, como votar em alguém para ganhar bolsas de estudos ou cestas básicas.

O Brasil acarreta muitos honorários com a carga tributária, e esse montante deve ser utilizado para atender as necessidades da população, sendo fundamental para a melhoria da qualidade de vida. Uma vez que é o próprio político que pode extinguir, criar ou majorar o tributo brasileiro. Uma grande consequência da corrupção, consiste no fato de o Brasil possuir uma das maiores cargas tributárias do mundo e não conseguir atender as necessidades básicas da população.

O atual sistema fez com que muitas empresas quebrassem, há vários brasileiros desempregados e a inflação é alta. Mas mesmo diante do caos, os políticos continuaram com suas mordomias e seus salários altos. Além de majorar o fundo eleitoral para R\$ 1,7 bilhão.

Não se pode ignorar o que ocorre atualmente no país e nem aceitar passivamente essa desordem, todos estão sendo prejudicados com a forma que a máquina estatal está sendo dirigida. Mudar o atual contexto cabe a todos os

brasileiros, pois a população é singular e deve lutar por seus direitos, começar a atuar no meio eleitoral e ir às urnas para votar, o que não deve ser apenas uma obrigação a ser cumprida, mas uma forma de mudança. Pois um voto consciente remodela o país. Acompanhar o que os políticos fazem, da mesma forma que se acompanha a copa do mundo e torce para o Brasil, é garantir direitos essenciais, apoiar o crescimento e diminuir o analfabetismo político que, dentre todos os males, atualmente o pior na esfera política.

Referências

BICALHO, Canêdo Letícia. **O Sufrágio Universal**. São Paulo: Estação Liberdade, 2005.

G1 Notícias Disponível em: <<http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/eleicoes/2016/noticia/2016/10/crivella-e-freixo-trocam-acusacoes-em-debate-pela-prefeitura-do-rio.html>>. Acesso em 18. set. 2018.

LIMA, Aldo Corrêa de. **Analfabetismo político- Uma triste realidade de candidatos “oportunistas”, que influenciam eleitores humildes e que não tiveram oportunidades na vida.** Disponível em: <<http://aldoadv.wordpress.com/2008/09/22/analfabetismo-politico-uma-tristerealidade-de-candidatos-oportunistas-que-influenciam-eleitores-humildes-e-que-naotiveram-oportunidades-na-vida>> Acesso em 10. set. 2018

TSE. **Tribunal Superior Eleitoral.** Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/imprensa/noticias-tse/2018/Junho/eleicoes-2018-tse-divulgamontante-total-do-fundo-especial-de-financiamento-de-campanha-1>>. Acesso em 11. set. 2018.

_____. **Tribunal Superior Eleitoral Jurisprudência - Agravo Regimental em Recurso Ordinário: AgR-RO 499541 MG**

Disponível em: <<https://tse.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/17574446/agravo-regimental-em-recurso-ordinario-agr-ro-499541-mg?ref=serp>>. Acesso em 26. set. 2018.

NEVES, Felipe Costa Rodrigues. **Projeto Constituição nas Escolas**. Disponível em: <<http://constituicaonasescolas.com.br/projeto/>>. Acesso em 18. set. 2018.

WALLIN, Claudia. **Um País Sem Excelência e Mordomia**. São Paulo: Geração Editorial, 2014.